

# SPEF – 25 ANOS – TESTEMUNHO E MENSAGEM

**António Paula Brito**

Professor Catedrático

Neste breve testemunho vou privilegiar factores sócio-profissionais e a evolução da “consciência de classe”, a troco de um rigor histórico, cheio de factos, nomes e datas. Mais génese do que história...

Os primeiros professores de educação física foram médicos e militares (como os que tive no liceu e colégio, 1943-1950). Estava no 3.º ano do liceu (7.º de estudos) quando conheci directamente dois recém formados pelo INEF (João Infante no Liceu Camões e Lélío Ribeiro no Lisboa Ginásio). E foi uma revelação.

A Escola Superior de Educação Física (sita na Sociedade de Geografia) antecedeu o INEF, que a substituiu em 1940, e produziu já profissionais “exclusivamente” de educação física, como o notável pedagogo João dos Santos.

O método oficial era a “ginástica de Ling” ou “sueca”, que se apresentava como o único método científico da época, competentemente defendido por Leal d’Oliveira (tenente coronel do exército com o curso de educação física da Real Academia de Estocolmo e, mais tarde, o primeiro doutorado em Educação Física pela Universidade de Gand, Bélgica). Leal d’Oliveira que transitou da E.S.E-F. para o INEF, mas como subdirector, pois a lei estabelecia que o director seria um professor da Faculdade Medicina que, na prática, era apenas titular.

Se o referido método foi, mais tarde, objecto de críticas pelo seu rigor anátomo-fisiológico e aplicação “mecanicista”, o facto é que constituía também uma fonte de confiança, unidade metodológica e afirmação para os primeiros diplomados pelo INEF, conhecidos por “professores de ginástica”. No entanto, o INEF atraiu desportistas, muitos de elevado nível, que ansiavam por seguir a sua vocação. E que, na prática profissional colmataram, na área do desporto, a relativa predominância da ginástica na sua formação.

O interessante é que os primeiros “inéficos” enfrentaram a sociedade como uma profissão nova, com todas as naturais dificuldades de afirmação, mas com uma preparação muito segura e específica que lhes conferia unidade na acção. E, muito rapidamente, lhe estruturaram identidade e “espírito de classe”, para o que contribuiu também o facto de, até 1976, serem provenientes da única escola superior de educação física do país.



Uma década depois da saída dos primeiros diplomados, ao entrar para o INEF, senti não só que estava num curso “sólido” e coerente, como recebi conhecimentos úteis e aplicáveis. E tinha capacidade crítica para o fazer pois vinha de clubes de primeira linha na ginástica e no desporto. Mas sobretudo senti que existia uma forte ligação aos primeiros profissionais, que eles eram respeitados e reconhecidos e ocupavam já posições-chave nas escolas e nos clubes.

Porém, eram muito poucos e tinham um estatuto sócio-económico inferior aos outros profissionais (professores). Mas o seu “espírito de classe”, a sua “identidade”, eram inegáveis, e bem patentes, não apenas nas reuniões quase diárias no Café Paladium (baixa de Lisboa) onde se trocavam solidiedades, conhecimentos, projectos, como no facto de qualquer jovem, estudante ou recém-formado em EF, ser protegido e apoiado, de forma crítica mas positiva, pelos ainda jovens veteranos.

E, os primeiros empregos vinham muitas vezes das suas mãos. Acrescia que quase todas as capitais de distrito tinham um professor do INEF, que constituía uma espécie de “corpo diplomático” da jovem profissão. Nada mais que o procurar para sermos recebidos e apoiados.

Na minha adolescência tinha tido o privilégio de conhecer excelentes professores, no Liceu de Camões, no Lisboa Ginásio e no S.L. Benfica, todos da primeira geração, e que foram meus mentores e amigos para toda a vida. E, também, porque era um “mundo” pequeno e coeso, conheci praticamente todos os diplomados até à data da minha entrada na profissão (1954). Se a sociedade parecia ainda não os colocar ao nível de outros profissionais, identificava-os e considerava-os fiáveis e competentes, compensando assim um certo sentimento de inferioridade, mas que não era depressivo e, pelo contrário, os unia e predispunha à conquista e à afirmação.

Desde cedo os “inéficós” começaram a sair do país para estudar e valorizar-se. Faziam-no sobretudo nas “férias grandes” que chegavam a atingir mais de três meses, bem grandes e na maioria dos casos não pagas. Viajavam em grupo e como aluno do 1.º ano viajei com colegas que haviam sido meus professores.

Favorecia esta atitude o facto da conceituada F.I.E.P. (Federação Internacional de Educação Física, anteriormente FIGL, Federação Internacional de Ginástica de Ling) ter sido dirigida por Leal d’Oliveira por mais de uma década, com grande competência e prestígio internacional. Os portugueses beneficiavam à partida de uma imagem e acolhimento positivos, nos numerosos cursos e congressos patrocinados por aquela organização. A FIEP chegou mesmo a estar sedeadada em Portugal, onde a sua excelente revista (FIEP Buletin) foi editada.

A “questão social” preocupava-nos a todos. Existia um sindicato de Professores, obviamente controlado pelo estado (o que não significava aceitação do regime por parte do seus membros) onde a secção de Educação Física, liderada entre outros, por Américo da Fonseca, assumiu praticamente a liderança durante um período significativo.

O objectivo profissional da “classe” (grupo sócio-profissional) seria a implantação no “terreno”, a aceitação e a igualdade de direitos nas escolas. E o que funcionou, sobretudo, foi a competência e a dedicação.

No desporto, nomeadamente no atletismo, no voleibol, no basquetebol e no andebol de sete, os “inéfcos” atingiram grande destaque, ocupando os lugares de técnicos nos principais clubes, nas selecções e na formação de jovens. No futebol tudo foi sempre mais difícil, aliás, não se estudava futebol no INEF, mas a área da “preparação física”, inclusive a nível da selecção nacional, foi frequentemente da sua competência, e em casos pontuais, também o “secretariado técnico”.

Nos colégios particulares, nos ginásios também particulares, com destaque para a “ginástica correctiva” – bem estudada no INEF durante um período infelizmente curto – o “mercado” era dominado progressivamente pelos diplomados pelo INEF.

Era na área administrativa, de decisão política, que tardava a sua presença, o que era natural pois os centros de decisão estavam noutras mãos. Num estudo que realizei em 1966/69 (com Avelino Leite de Araújo e José Jesus Henriques – “Estudo do Campo de Acção do Professor de Educação Física”, no âmbito do GIA, Gabinete de Investigação Aplicada do INEF, e editado no Boletim do INEF) apenas 5% do tempo de trabalho total dos inquiridos era prestado em serviços administrativos e 3,2% em actividades de inspecção do ensino.

No INEF, as principais cadeiras teóricas: anatomia, fisiologia, psicologia, pedagogia e teoria da ginástica e teoria de jogos e desportos, eram leccionadas por médicos, militares e licenciados em direito e filosofia (uma excepção era a ginástica correctiva). Os “inéfcos” ocupavam as cadeiras práticas de ginástica, jogos e desportos na qualidade de assistentes e sem vínculo efectivo. E só em 1970 foram, por concurso, titulares de cadeiras teóricas.

O primeiro professor de educação física a dirigir o INEF (Noronha Feio) tardou 22 anos sobre a sua fundação (embora José Esteves tenha sido subdirector anteriormente, mas prontamente demitido por razões políticas). Tardaram mais 11 anos sobre a posse do primeiro director-geral dos desportos (também Noronha Feio, 1973).

Entretanto, muitos outros colegas tiveram situação de destaque na sociedade portuguesa, não só pelos excelentes resultados desportivos, como pela acção exercida nos meios de comunicação, prioritariamente em jornais e não apenas desportivos. Se os treinadores “inéfcos” conseguiram grandes resultados a nível nacional e internacional (campeonatos mundiais e jogos olímpicos), os mesmos e muitos outros exercem verdadeira pedagogia política e social em múltiplas intervenções, particularmente no seu verdadeiro campo de trabalho, a escola.

Com a democratização do país foi muito elevada a presença de professores de educação física à frente dos conselhos directores das escolas.

Quem hoje faz uma licenciatura em educação física e desporto não se confronta com problemas de identificação profissional ou de reconhecimento social, mas desconhece decerto o longo caminho percorrido e vê com naturalidade colegas no topo administrativo e social (talvez ignorando que houve um primeiro ministro com o curso militar do INEF, Pinheiro de Azevedo) e, claro, com notoriedade mundial como técnicos no então inacessível futebol, no atletismo e outras modalidades de destaque.

Mas um problema subsistiu até 1974: a dificuldade em criar uma entidade representativa da classe sócio-profissional. Todos tínhamos consciência da necessidade de ter uma associação que, para além de exprimir a identidade profissional, a representasse do ponto de vista cultural e científico. Mas que também tivesse acesso às entidades ou instâncias onde eram tomadas decisões, não só na área programática, como também a nível político.

O problema era evitar qualquer confusão com um sindicato ou uma ordem. Seria mais uma capacidade e reconhecimento de legitimidade e competência para dialogar, aconselhar, dar pareceres, em suma, representar o pensamento pedagógico e científico de uma classe profissional. Muito “em segredo”, ambicionávamos ter acesso à Assembleia da República, ao Governo e mesmo ao Presidente da República, com regularidade e reconhecimento (significativamente foi o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, CRUP, o primeiro a fazê-lo, ao nomear para o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, CNAVES, o presidente da SPEF).

A provável confusão com sindicatos, ou qualquer entidade com poder reivindicativo, foi explorada em sucessivos desencorajamentos por parte de um regime onde o associativismo era praticamente proibido e tudo o que representava unidade de uma classe, ou pensamento, era próximo da oposição, logo do comunismo. Com algum conhecimento directo, por ter sido presidente de duas associações de estudantes (INEF e ISPA) e ter participado em muitas associações não apenas desportivas (as únicas toleradas, por serem controláveis) mas também culturais e políticas, encontrei-me com colegas mais velhos que haviam seguido igual percurso, e estavam, há largos anos, lutando por uma instituição que nos representasse no “significado global” da nossa profissão. Aqui terei que citar alguns nomes. Falharei muitos, decerto, que me perdoem, mas quero recordar Américo da Fonseca, sempre presente desde a remota “6.ª secção” do Sindicato, José de Sousa Esteves, claro, mentor de várias gerações e, sem dúvida, um grande inspirador da minha, pelas ideias, a atitude e a coragem. Igualmente Noronha Feio, meu “irmão” e Melo de Carvalho, que recordo como os que manifestaram persistentemente o desejo de formar uma sociedade.

Muitos outros aderiram à ideia que, sistematicamente, deparava com dificuldades legais e alguma desconfiança entre colegas de orientações políticas diferentes, e, a quase-certeza de que, a existir, seria fortemente controlada e limitada na sua liberdade de acção.

Após o 25 de Abril, os profissionais de EFD participaram activamente no processo em curso e pareciam mais preparados para o fazer do que outros grupos sócio-profissionais, talvez porque o seu contacto mais íntimo com a juventude, e o hábito de liderar em acção, lhes permitiam agir rápida e coerentemente e ocupar posições decisivas.

As associações profissionais que rapidamente se formaram deram prioridade à valorização da profissão, colmatando injustiças e diferenças (são bons exemplos os professores do ensino primário e os educadores de infância).

A igualdade de estatuto na escola, já parcialmente em vigor desde o final dos anos 60, concretizou-se praticamente a todos os níveis, com especial destaque para a integração na Universidade (tive o prazer de presidir à Comissão encarregada de o fazer), os processos de equivalência a bacharelato e licenciatura, assim como o acesso à continuidade dos estudos e o PEL, plano especial de licenciatura e a supressão dos “cursos médios” (instrutores) que criavam profissionais de estatuto inferior.

No grande movimento reivindicativo que se formou não parecia prioritária a criação da Sociedade, mas sim o reforço das organizações sindicais, que, aliás, a consideravam de menor interesse, uma eventual concorrente com algumas das competências dos sindicatos, ou um simples capricho de “elites”.

Acresce que a luta entre tendências partidárias temia sempre que qualquer instituição caísse em mãos rivais. Parecia mais importante tomar o poder nas estruturas existentes do que criar novas áreas cuja vocação não parecia beneficiar o “processo em curso”.

A compreensão de que a sociedade deveria ter um pendor predominantemente científico não foi conseguida, talvez pela falta de exemplos e experiência na área, e quase total ausência de investigação, resultante da anterior não integração na Universidade.

Foram assim precisos alguns anos para que o assunto voltasse às preocupações de um número significativo de profissionais, nomeadamente os que agora se encontravam nas duas escolas universitárias, e tinham, naturalmente, enveredado por uma carreira com forte exigência científica.

Igualmente aqueles que se encontravam em situações administrativas, centros de decisão, aceitavam a ideia como oportuna. Porém, permanecia alguma dificuldade de compreensão quanto ao “espaço”, “território”, vocação e funções da sociedade.

E sucessivas recomendações de não se sobreporem, duplicarem ou interferirem com a função sindical.

Creio que jogou, uma vez mais, um certo desconhecimento de sociedades similares, o receio de perder controlo político ou de se gerarem grupos “elitistas” e “burgueses” à elite ou burguesia académico-científica – e ainda o receio de que constituísse refúgio para o regresso de algumas personalidades de valor consideradas “reaccionárias”.

Felizmente foi possível superar estas atitudes reticentes e criar a Sociedade, finalmente, tranquilamente, num cartório em Algés...

A Comissão Instaladora que iria tentar implantar a sociedade, promover o seu reconhecimento e conduzi-la até à primeira eleição democrática dos seus corpos gerentes, foi constituída através de uma negociação serena e lúcida, procurando evitar-se o predomínio de “académicos”, ou de administrativos, ou de líderes políticos, embora todos pudessem estar presentes.

Como há muito tempo estava ligado à ideia e presente em tentativas anteriores, e creio que sobretudo por ter teimosamente defendido a ideia, fui indicado, ou cooptado, para presidente. Devo no entanto referir que Noronha Feio deveria ser o indigitado.

Foram, aliás, ele e Melo Barreiros, a meu ver, os operacionais do acto criativo. São de referir, obviamente, todos os fundadores e, sem dúvida alguma, todos os que, até à data, tinham sido “os construtores da identidade e cultura da profissão”. Não só os mais destacados e produtivos, como todos aqueles que, quase anonimamente, no suor e silêncio do seu trabalho, a cimentaram e dignificaram.

A primeira etapa foi essencialmente dedicada à divulgação da sociedade e à sua implantação nas diferentes regiões do país.

Pretendia-se:

- 1.º Explicar objectivos e estrutura;
- 2.º Conquistar novos membros;
- 3.º Criar delegações regionais

A primeira reunião foi no Porto, num hotel, coincidindo com a sua inauguração; reuniu em debates e conferências, professores nacionais e estrangeiros de prestígio e teve um elevado número de presenças.

Desde logo se verificou alguma dificuldade em passar a imagem de “associação voltada para a ciência e a cultura”, pois era “instintiva” a conotação de qualquer associação de profissionais à noção de defesa e conquista de direitos (aliás compreensível para quem há muito não os tinha). E persistia uma desconfiança velada quanto a desejos de protagonismo e poder, que só o tempo viria a desfazer.

Seguiu-se Évora e outras regiões. A compreensão dos objectivos e a adesão de novos sócios foi boa. Quanto à criação de delegações, o projecto revelou-se prematuro e estabeleceu-se que um “delegado” ou um “elemento de ligação” iria promovê-las. Tal não se veio a verificar, mas o objectivo de divulgação foi suficientemente conseguido.

A SPEF cresceu, tornou-se conhecida e, devo confessar, estes dois factores são os que predominam na minha memória da primeira direcção. Era preciso “plantar a árvore e que ela pegasse”, como se fazia na minha terra natal, o pinhal do Rei, ou de Leiria.

Poderemos dizer que é pouco, mesmo muito pouco, mas alguma experiência anterior dizia-nos que uma elevada percentagem de instituições similares não tinham sobrevivido, ou tinham uma vida apenas nominal, apagada, adormecida, ou, serviam de “tabuleta” ou “cartão de visita” para pessoas ou grupos. Em suma, não estavam vivas.

Falámos muitas vezes sobre isso: era preciso que a criança sobrevivesse, crescesse e tivesse longa vida. E saudável, sobretudo.

Não quer isto dizer que não se tenham concretizado outros objectivos. A definição do cariz científico foi parcialmente feita, as direcções posteriores desenvolveram-na e cimentaram-na (mas

aproveito para dizer que faz falta um prémio significativo para trabalhos de investigação). A sede independente era outro objectivo, já concretizado.

Também foi “ensaiada” a representatividade, isto é, a tentativa de a SPEF ser interlocutora junto dos centros de decisão governamentais, políticos e culturais. Houve entrevistas e negociações mas com base nos conhecimentos pessoais. Ficámos com a ideia de que seriam precisos mais anos a crescer, muito trabalho e uma maior dimensão e consistência para sermos aceites. Mas nunca nos sentimos rejeitados.

E o mais importante, para mim, é que a SPEF evoluiu, criou solidez, está bem viva e prestigiada e cumpre as funções para que foi criada. E que isso se deve a todos os seus membros e corpos directivos que, de uma forma competente, mas também apaixonada, deram continuidade ao sonho dos seus fundadores.